# Demonstrações financeiras

Kepler Weber S.A. (Companhia aberta)

31 de dezembro de 2016 e 2015 com Relatório dos Auditores Independentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **Kepler Weber S.A. (Companhia aberta)**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

### 1. Contexto operacional

A Kepler Weber S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de São Paulo, SP, Brasil, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código KEPL3 desde 15 de dezembro de 1980. Seu objeto social é exercido indiretamente, através de sua controlada, Kepler Weber Industrial S.A., com sede localizada na cidade de Panambi, RS, Brasil, no que se referem às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, peças de reposição e serviços de assistência técnica.

### Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2017, para divulgação em 17 de março de 2016.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

#### 2.1. Base de elaboração--Continuação

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

#### 2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora, Kepler Weber S.A., e sua controlada Kepler Weber Industrial S.A., subsidiária integral da Companhia, ambas estabelecidas no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

#### 2.3. Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

# 3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada têm os seguintes ativos financeiros:

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 compreendem as contas a receber e depósitos judiciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.1 Instrumentos financeiros--Continuação

i. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

#### Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, no caso da Companhia e de sua controlada, compreende os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas.

#### Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado contabilmente na demonstração de resultado abrangente. Na realização dos ativos financeiros, o valor justo é reclassificado para a demonstração do resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 compreendem os títulos e valores mobiliários.

#### ii. Outros passivos financeiros

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Estes passivos são classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

#### iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.2. Redução ao valor recuperável de ativos

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

#### 3.3. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC09 — Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

#### 4. Normas novas ou revisadas

#### a) Normas novas ou revisadas aplicadas pela primeira vez em 2016

A Companhia e sua controlada entendem que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º. de janeiro de 2016 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 4. Normas novas ou revisadas--Continuação

#### b) Normas novas ou revisadas mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Alterações à IAS 7 Demonstrações de fluxos de caixa – Iniciativa de divulgação (Vigência a partir de 01/01/2017)	As alterações fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa.	
Alterações à IAS 12 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (Vigência a partir de 01/01/2017)	As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela pode fazer deduções sobre a reversão da diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações de como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as situações em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de ativos por valores maiores do que o valor contábil.	
Alterações à IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações (Vigência a partir de 01/01/2018)	As alterações abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.	A Companhia está avaliando o impacto que estas normas podem produzir em suas demonstrações financeiras.
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Será exigido efeito retrospectivo, mas a informação comparativa não é obrigatória.	
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	
IFRS 16 Leases (Vigência a partir de 01/01/2019)	O IASB emitiu a norma IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos), substituindo o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas.	

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 5. Gerenciamento de risco financeiro

#### Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez:
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

#### a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente pelo Comitê de Crédito com base em: capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoas físicas, produtores agrícolas, ou pessoas jurídicas, cooperativas agrícolas e empresas de *trading*.

A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos, o que pode ocasionar um aumento na posição de vencidos que não necessariamente se traduz em inadimplência por falta de condições financeiras dos clientes, uma vez que o índice histórico de perda pela falta de pagamento é baixo. Adicionalmente, parte das vendas é efetuada através de linhas de financiamentos cujo tomador é o próprio cliente e o risco de crédito é do agente financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

#### a) Risco de crédito--Continuação

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Controladora		Valor contá	ibil
	Nota	Dez/2016	Dez/2015
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.373	5.450
Total	=	10.373	5.450
Consolidado		Valor contá	ibil
	Nota	Dez/2016	Dez/2015
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.790	9.511
Aplicações financeiras retidas - circulante	7	11.142	-
Títulos e valores mobiliários - circulante	8	100.989	70.939
Contas a receber clientes	9	66.154	123.614
Títulos e valores mobiliários - não circulante	8	44.677	29.216
Total		244.752	233.280

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis, desconsiderando provisão de créditos de liquidação duvidosa, representados por contas a receber de clientes, entre mercado nacional e mercado externo, está distribuída a seguir:

Consolidado	Valor cont	ábil
	Dez/2016	Dez/2015
Mercado Doméstico	61.389	113.290
África	1.039	8.244
América do Sul	2.989	4.579
Ásia	4.955	578
Europa	59	273
Total	70.431	126.964

#### b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

### b) Risco de liquidez--Continuação

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e se preocupam com a otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. Desta forma, é possível garantir que possuam saldo em tesouraria suficiente para superar a necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivo financeiro, incluindo pagamentos de juros estimados:

			Controla	dora			
31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	130	130	130	-	-	-	_
	130	130	130				
			Consolic	dado			
24 de desembre de 2040	Valor Contébil	Fluxo de caixa	6 meses	6-12	1-2	2-5	Mais que
31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	contratual	ou menos	meses	anos	anos	5 anos
Financiamentos e empréstimos	118.227	130.528	28.732	28.037	42.120	24.607	7.032
Fornecedores	46.573	46.573	46.573	-	-		-
	164.800	177.101	75.305	28.037	42.120	24.607	7.032

#### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos de mercado, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação.

#### i. Risco de taxa de câmbio

A Companhia e sua controlada atuam no mercado externo, sendo suas vendas utilizadas como lastro nas operações com moeda estrangeira. Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de Mercado--Continuação
  - i. Risco de taxa de câmbio--Continuação

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte (base em valores nominais).

	Consoli	dado
Itens	Dez/2016	Dez/2015
Clientes	9.042	13.674
Fornecedores	(2.030)	(5.077)
Comissões a representantes	(1.978)	(1.256)
Financiamentos e empréstimos	-	(7.271)
Soma	5.034	70
Valor equivalente em US\$ mil	1.545	18
Instrumentos financeiros derivativos líquidos (valores nocionais) em US\$	(1.500)	(2.648)
Valor de exposição líquida em US\$ mil	45	(2.630)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

Taxa me	édia	Taxa à vista na data das	demonstrações financeiras
 2016	2015	Dez/2016	Dez/2015
3,4833	3,3387	3,2591	3,9048

Derivativos - contratos de câmbio a termo

A Companhia e sua controlada possuem política para mitigação dos riscos de mercado, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Os instrumentos em aberto em 31 de dezembro de 2016 e 2015 referem-se a contratos de venda cambial a termo (na modalidade *non deliverable forward* - NDF) a fim de proteger parcialmente a expectativa de recebimento de dólares das exportações no seu vencimento, incluindo aquelas já realizadas, bem como os pedidos firmes em carteira, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de Mercado--Continuação
  - i. Risco de taxa de câmbio--Continuação

Derivativos - contratos de câmbio a termo--Continuação

Con		

Vencimento	Contraparte	Compra/ venda	Valor nocional US\$mil	Taxa futura	Valor justo da posição ativa	Valor justo da posição passiva	Saldo Dez/2015
Jan-16	ABC Brasil	Compra	89	3,9581	354	350	(4)
Abr-16	ABC Brasil	Compra	88	4,0940	351	347	(4)
Jul-16	ABC Brasil	Compra	88	4,2140	346	342	(4)
Out-16	ABC Brasil	Compra	87	4,3210	342	335	(7)
Jan-16	ABC Brasil	Venda	(3.000)	3,9974	11.413	11.859	(446)
			(2.648)			_	(465)

Consolid	dado
----------	------

Vencimento	Contraparte	Compra/ venda	Valor nocional US\$mil	Taxa futura	Valor justo da posição ativa	Valor justo da posição passiva	Saldo Dez/2016
Jan-17	Brasil Plural	Venda	(1.500)	3,2764	5.048	4.861	187
			(1.500)				187

A Companhia e sua controlada não ofereceram margens em garantia para as operações contratadas, indicadas acima.

O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do exercício (Nota 31), estão apresentados abaixo:

	Consolidado		
Operações de proteção	Dez/2016	Dez/2015	
Receitas financeiras:			
Ganhos com operações de NDF	1.502	1.756	
Despesas financeiras:			
Perdas com operações de NDF	(1.027)	(1.530)	
	475	226	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
  - i. Risco de taxa de câmbio--Continuação

Análise de sensibilidade - instrumentos derivativos e risco de moeda estrangeira

Considerando o efeito de desvalorização do dólar aplicado sobre a taxa à vista do dólar em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3,2591/US\$), o cenário possível é representado pela desvalorização do dólar em relação ao real de 25% (R\$ 2,4443/US\$), enquanto que o cenário remoto seria representado pela desvalorização do dólar em relação ao real de 50% (R\$ 1,6296/US\$).

Para a exposição dos derivativos, a Companhia considerou o efeito de valorização do dólar sobre a taxa futura ponderada em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3,4025/US\$), o cenário possível é representado pela valorização do dólar em relação ao real de 25% (R\$ 4,2531/US\$), enquanto que o cenário remoto seria representado pela valorização do dólar em relação ao real de 50% (R\$ 5,1038/US\$).

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida a moeda estrangeira sem derivativos  Contrato NDF – Compromisso de venda de	Desvalorização do dólar em relação ao real	-	(1.258)	(2.517)
dólar	Valorização do dólar em relação ao real	187	(880)	(1.920)

#### ii. Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, financiamentos e empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

#### Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada era:

Controladora	Valor co	ntábil	
	Dez/2016 D		
Instrumentos de taxa variável			
Ativos Financeiros	10.373	5.450	
Caixa e equivalentes de caixa	<b>10.373</b> 5.4		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
  - ii. Risco de taxa de juros--Continuação

Consolidado	Valor conf	tábil
	Dez/2016	Dez/2015
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	118.227	104.004
Finep	35.657	31.862
Finame	12.978	25.208
Exim	69.592	39.663
Finimp	-	7.271
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	178.598	109.666
Caixa e equivalentes de caixa	21.790	9.511
Aplicações financeiras retidas - circulante	11.142	-
Títulos e valores mobiliários - circulante	100.989	70.939
Títulos e valores mobiliários - não circulante	44.677	29.216

Os saldos de clientes e fornecedores que não estão sujeitos à atualização de juros não estão incluídos nesta composição.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia e sua controlada não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia e sua controlada não designam derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

- c) Risco de mercado--Continuação
  - ii. Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a variação de taxa do CDI e SELIC, a Administração considerou como cenário provável a taxa do CDI e SELIC na data de 31 de dezembro de 2016 sobre o percentual de variação de CDI e SELIC médio ponderado.

		Controlad	ora	
•	Receita anual sobre índice 31/12/2016	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 10.367	14,00%	14,00%	10,50%	7,00%
Projeção anual sobre ativo financeiro	1.451	1.451	1.089	726
Variação		-	(362)	(725)
		Consolid	ado	
	Receita anual sobre índice 31/12/2016	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R\$ 144.814	14,00%	14,00%	10,50%	7,00%
Projeção anual sobre ativo financeiro	20.274	20.274	15.205	10.137
Variação		-	(5.069)	(10.137)
		Consolid	lado	
	Receita anual sobre índice 31/12/2016	Taxa provável	Redução de 25%	Redução de 50%
Ativos financeiros sujeitos a variação SELIC: R\$33.745	13,75%	13,75%	10,31%	6,88%
Projeção anual sobre ativo financeiro Variação	4.640	4.640	3.480 (1.160)	2.320 (2.320)

iii. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e da sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

#### c) Risco de mercado--Continuação

iii. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos--Continuação

O aço é a matéria-prima principal da Companhia e sua controlada e tem seus preços expostos a flutuações do mercado nacional e internacional. Em relação ao mercado local, a Companhia e sua controlada procuram repassar essas oscilações de preço da matéria-prima tendo em vista uma perspectiva de médio e longo prazo.

#### d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e outros fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez.

A alta Administração da Companhia e sua controlada administra os riscos operacionais através da implementação dos processos:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais;
- Política de Segurança da Informação;
- Política de Gerenciamento de Riscos:
- Comitê de Gestão de Riscos:
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 5. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

#### e) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é apresentada a seguir:

Controladora	Dez/2016	Dez/2015
Total do passivo	9.724	8.684
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(10.373)	(5.450)
Dívida líquida (A)	(649)	3.234
Total do patrimônio líquido (B)	468.852	491.362
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (A/B)	0%	1%
Consolidado	Dez/2016	Dez/2015
Total do passivo	294.953	299.873
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(21.790)	(9.511)
Menos: aplicações financeiras retidas - circulante	(11.142)	-
Menos: títulos e valores mobiliários - circulante	(100.989)	(70.939)
Menos: títulos e valores mobiliários - não circulante	(44.677)	(29.216)
Dívida líquida (A)	116.355	190.207
Total do patrimônio líquido (B)	468.852	491.362
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (A/B)	25%	39%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 6. Informações por segmento

A Administração da Companhia considera todas as suas operações como um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho. Tendo em vista que todos os ativos e passivos relevantes são utilizados na produção e comercialização de todos os produtos e para todos os mercados e não há como segregá-los de forma objetiva ou confiável.

#### a) Informações sobre produtos e serviços

A receita líquida para cada grupo de produtos e serviços relevantes está apresentada abaixo:

	Consoli	Consolidado		
	Dez/2016	Dez/2015		
Armazenagem	293.332	467.448		
Granéis	36.654	107.753		
Exportações	107.587	95.287		
Peças e serviços	37.725	<b>37.725</b> 35.491		
	475.298	705.979		

### b) <u>Informações geográficas</u>

As receitas líquidas no mercado doméstico e continentes estão apresentadas a seguir:

	Consolida	ado
	Dez/2016	Dez/2015
Mercado doméstico	367.711	610.692
América do Sul	89.062	77.705
Ásia	7.043	607
América Central	4.929	4.228
África	4.142	11.846
Europa	1.372	888
América do Norte	1.039	13
	475.298	705.979

As receitas líquidas do principal cliente da Companhia e sua controlada representam aproximadamente 9,22%, em um montante de R\$ 43.842 (em 31 de dezembro 2015 representavam 5,89% ou R\$ 41.413), do total das receitas líquidas da Companhia e sua controlada. Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles representa mais de 5% da receita líquida total consolidada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Control	adora	Consolidado	
	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Caixa e bancos	6	3	39	185
Aplicações financeiras	10.367	5.447	21.751	9.326
	10.373	5.450	21.790	9.511

#### Aplicações financeiras

As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados e por operação compromissada (operação financeira de venda de títulos com compromisso de recompra, para liquidação em data preestabelecida), os quais estão vinculados à variação de taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia e sua controlada, exceto aquelas vinculadas a garantias de empréstimos, classificadas como aplicações financeiras retidas, conforme mencionado abaixo:

			Controla	dora	Consoli	dado
	Taxa		Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
CDB	10,0%	CDI	11	75	32	136
CDB	70,55%	CDI	-	-	-	431
CDB	80%	CDI	-	-	1.288	-
CDB	97,5%	CDI	3.466	-	3.466	-
CDB	98,2%	CDI	3.644	-	3.644	-
CDB	99,0%	CDI	2.234	5.372	2.234	5.372
CDB	99,2%	CDI	1.012	-	1.012	-
CDB	100,0%	CDI	-	-	10.075	-
CDB	105,5%	CDI	-	-	-	3.387
Aplicações financeiras	s classificadas como equiva	alentes de caixa	10.367	5.447	21.751	9.326

#### Aplicações financeiras retidas

			Controla	dora	Consol	idado
	Taxa		Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Compromissada	105,5%	CDI	-	-	3.524	_
Compromissada	106,0%	CDI	-	-	7.618	-
Aplicações financeiras retidas			-	-	11.142	

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 8. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016, o grupo de títulos e valores mobiliários era composto por quotas de fundos exclusivos. Os fundos são exclusivamente para o benefício da Companhia, administrados por terceiros que cobram taxas de gestão e administração, e foram consolidados pela Companhia.

Os investimentos são ajustados ao valor de mercado, com as alterações em valor justo refletidas em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia classificou estes investimentos como "disponíveis para venda".

Estes investimentos referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários e letras financeiras do tesouro, com prazos de vencimentos superiores há 90 dias, remunerados a taxas pós-fixadas, motivo pelo qual os rendimentos e variações foram integralmente registrados no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

			ado		
	Vencimento	Taxa	1	Dez/2016	Dez/2015
Circulante					
LF	De 16/01/2017 a 02/10/2017	De 103% a 109,0%	CDI	28.357	30.185
LFS	De 04/04/2017 a 03/11/2017	100% a 112%	CDI	28.653	3.143
BB CDI	(*)	100,57%	CDI	43.979	37.611
				100.989	70.939
Não Circulante					
LFT	De 01/09/2022	100%	SELIC	33.745	13.832
LF e LFS	De 19/01/2018 a 01/11/2018	De 100% a 112%	CDI	10.932	15.384
				44.677	29.216
				145.666	100.155

<sup>(\*)</sup> Tratam-se de aplicações financeiras em vencimento fixo contratual, tendo disponibilidade imediata de resgate.

Os referidos fundos de investimento não têm obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 9. Contas a receber de clientes

	Consolidado		
	Dez/2016	Dez/2015	
Clientes a receber - mercado interno	61.389	113.290	
Clientes a receber - exterior	9.042	13.674	
	70.431	126.964	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.277)	(3.350)	
	66.154	123.614	

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Dez/2016	Dez/2015	
Saldo no início do exercício	(3.350)	(1.278)	
Adições	(3.357)	(3.512)	
Baixas/ Realizações	2.430	1.440	
Saldo no final do exercício	(4.277)	(3.350)	

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolidado		
	Dez/2016	Dez/2015	
Valores vencidos			
Até 30 dias	8.180	16.462	
31 a 60 dias	5.352	6.101	
61 a 90 dias	2.428	1.593	
91 a 120 dias	751	743	
121 a 150 dias	783	1.060	
151 a 180 dias	240	1.824	
mais de 181 dias	11.858	2.064	
	29.592	29.847	
A vencer			
Até 30 dias	10.383	30.290	
31 a 60 dias	14.409	33.360	
61 a 90 dias	5.578	20.378	
91 a 120 dias	3.349	1.292	
121 a 150 dias	1.781	7.627	
151 a 180 dias	1.356	1.608	
mais de 181 dias	3.983	2.562	
	40.839	97.117	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.277)	(3.350)	
. ,	66.154	123.614	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 9. Contas a receber de clientes--Continuação

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Administração acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável adicional é necessária com relação às contas a receber. Do saldo total de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2016, 56% são de títulos vencidos até 120 dias (83% em 31 de dezembro de 2015). O montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia e sua controlada estão classificados como a vencer até 120 dias.

Do montante dos vencidos, 33% estão concentrados em três principais clientes, sendo estes valores vinculados a eventos físicos conforme mencionado na nota explicativa 5.a.

#### 10. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

	10045
Dez/2016 Dez/2016	ez/2015
Produtos acabados 18.204	37.044
Produtos em elaboração 15.073	23.674
Matérias-primas 36.120	56.882
Adiantamentos a fornecedores 1.390	885
Provisão para perdas(5.687)	(7.990)
65.100	110.495

A Companhia e sua controlada constituem provisão para perdas calculada sobre os itens obsoletos ou de baixa rotatividade, apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando-a diretamente no resultado do exercício.

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Consoli	Consolidado		
	Dez/2016	Dez/2015		
Saldo no início do exercício	(7.990)	(5.842)		
Adições	(738)	(2.790)		
Baixas/ Realizações	3.041	642		
Saldo no final do exercício	(5.687)	(7.990)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 11. Impostos a recuperar

Circulante	Consoli	dado
Circulante	Dez/2016	Dez/2015
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	12.122	7.604
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5.479	7.347
PIS/COFINS a recuperar	3.534	1.437
REINTEGRA - Decreto 7633/11	100	782
Outros	1.735	1.830
	22.970	19.000
Não circulante	Consol	idado
Nao Circulante	Dez/2016	Dez/2015
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	539	935
	539	935

### 12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na alíquota fiscal vigente. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no resultado abrangente, para os quais, o imposto também é reconhecido no resultado abrangente.

O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### a) Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolida	ado
<del>-</del>	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(23.448)	(3.880)	(38.631)	(5.471)
Resultado da equivalência patrimonial	25.182	8.590	-	· -
Incentivo fiscal - subvenções governamentais	-	-	-	(2.788)
Outras adições permanentes	355	1.491	1.380	3.322
Base de cálculo	2.089	6.201	(37.251)	(4.937)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota efetiva	(710)	(2.108)	12.665	1.679
Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base				
negativa de anos anteriores	1.832	11.943	1.832	11.943
Outros	202	282	2.010	(1.914)
Imposto de renda e contribuição social	1.324	10.117	16.507	11.708
Alíquota fiscal efetiva	(6%)	(261%)	(43%)	(214%)
Corrente Diferido	(1.768) 3.092	(1.671) 11.788	(1.765) 18.272	(1.062) 12.770

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atualizou suas projeções de resultado e registrou imposto diferido ativo até o limite que julga provável de realização num período razoável de tempo (não superior a 10 anos). A atualização das projeções considerou o *mix* de produtos, expansão da capacidade produtiva e, consequentemente, do volume de produção da Companhia. Em 2016 a Companhia reconheceu R\$1.832 de imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social de exercícios anteriores. Na controlada Kepler Weber Industrial S.A. foi reconhecido imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa referentes ao exercício corrente no valor de R\$ 15.820 conforme nota explicativa 12.b (a-b).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2016 será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

			C	Controladora			(	Consolidado
Exercício	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização
2017	723	260	983	5,28%	1.094	393	1.487	1,02%
2018	802	288	1.090	5,85%	3.864	1.390	5.254	3,59%
2019	941	339	1.280	6,87%	6.148	2.213	8.361	5,72%
2020	1.135	409	1.544	8,29%	9.458	3.405	12.863	8,80%
2021	1.380	497	1.877	10,08%	12.420	4.471	16.891	11,55%
De 2022 à 2026	8.684	3.168	11.852	63,63%	75.224	26.121	101.345	69,32%
	13.665	4.961	18.626	100,00%	108.208	37.993	146.201	100,00%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	r S.A	Kepler Weber	Industrial S.A	
Ativo	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Prejuízo fiscal e base	16.562	15.553	<b>105.008</b> (b)	89.188 (a)
Diferenças temporárias	2.064	554	22.567	21.580
	18.626	16.107	127.575	110.768
Passivo				
Reserva de reavaliação a	1.040	1.094	-	-
Ajuste de avaliação	15.528	16.031	8.204	8.799
Depreciação fiscal x	146	162	13.176	10.925
IRPJ/CSLL Capitalização de	-	-	1.480	1.509
_	16.714	17.287	22.860	21.233
Impostos diferidos, líquidos	1.912	(1.180)	104.715	89.535

Controladora		Consolidado	
Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
18.626	16.107	146.201	126.875
(16.714)	(16.107)	(39.574)	(37.340)
1.912	-	106.627	89.535
Control	ladora	Consol	lidado
Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
16.714	17.287	39.574	38.520
(16.714)	(16.107)	(39.574)	(37.340)
	1.180		1.180
	Dez/2016 18.626 (16.714) 1.912  Contro  Dez/2016 16.714	Dez/2016         Dez/2015           18.626         16.107           (16.714)         (16.107)           1.912         -           Controladora           Dez/2016         Dez/2015           16.714         17.287           (16.714)         (16.107)	Dez/2016         Dez/2015         Dez/2016           18.626         16.107         146.201           (16.714)         (16.107)         (39.574)           1.912         -         106.627           Controladora         Consol           Dez/2016         Dez/2015         Dez/2016           16.714         17.287         39.574           (16.714)         (16.107)         (39.574)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Abaixo segue a composição das diferenças temporárias que foram reconhecidas pela Companhia e sua controlada no exercício:

Controladora	Diferenças temporárias reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão bônus de retenção	3.720	1.265
Provisão para contingências	209	71
Outras provisões	2.141	728
	6.070	2.064
Consolidado	Diferenças temporárias reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para devedores duvidosos	4.277	1.454
Provisão para obsolescência de estoques	5.687	1.934
Provisão de fretes a pagar	544	185
Provisão para contingências	10.090	3.430
Provisão de comissões a pagar	5.877	1.998
Provisão de garantias	17.135	5.826
Provisão bônus de retenção	3.720	1.265
Diferimento da receita de montagem	14.594	4.962
Outras provisões	10.520	3.577
	72.444	24.631

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 33.614 (R\$38.910 em 31 de dezembro de 2015), que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, no montante de R\$ 11.429, pois não é possível assegurar neste momento, com razoável grau de certeza, que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 13. Investimentos

O investimento da Companhia em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

#### a) Os investimentos na controlada apresentam os seguintes saldos:

	Kepler Weber Industrial S.A.		
	Dez/2016	Dez/2015	
Participação	100%	100%	
Quantidade de ações ou quotas	256.733.319	256.733.319	
Ativos circulantes	300.764	352.744	
Ativos não circulantes	387.115	366.345	
Total de ativos	687.879	719.089	
Passivos circulantes	204.538	222.012	
Passivos não circulantes	82.018	70.572	
Total de passivos	286.556	292.584	
Patrimônio líquido	401.323	426.505	
Receita	475.298	705.979	
Despesas	500.480	714.569	
Prejuízo	(25.182)	(8.590)	
Equivalência patrimonial	(25.182)	(8.590)	

#### b) Movimentação do investimento na controlada:

	2016	2015
Saldo inicial	426.505	452.998
Equivalência patrimonial	(25.182)	(8.590)
Distribuição de dividendos	-	(17.903)
Saldo final	401.323	426.505

#### 14. Propriedade para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos.

A Companhia adotou o custo atribuído, suportado por Laudo Técnico de Avaliação, para mensuração das propriedades para investimento em 1º de janeiro de 2009. A média de vida útil remanescente estimada é de 25 anos. Terrenos onde estão localizadas as edificações arrendadas não são depreciáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 14. Propriedade para investimento--Continuação

O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A depreciação decorrente da utilização do método de custo para mensuração de propriedade para investimento é calculada da mesma forma mencionada em nota específica de Imobilizado.

Uma propriedade para investimento nas demonstrações financeiras da controladora é reclassificada para o ativo imobilizado no balanço patrimonial consolidado quando ela é alugada para utilização no curso normal das operações de uma controlada incluída nas demonstrações consolidadas.

A Companhia avalia anualmente o valor justo das propriedades para investimento e para 31 de dezembro de 2016 não identificou qualquer diferença significativa para o valor contábil.

#### a) Composição de propriedades para investimento

			Control	adora	
				Dez/2016	Dez/2015
	Taxa de depreciação média ponderada %	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Itens					
Terrenos	-	20.301	-	20.301	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	59.594	(22.795)	36.798	38.762
Instalações	10%	3.855	(3.511)	345	389
		83.750	(26.306)	57.444	59.452
			Consol	idado	
				Dez/2016	Dez/2015
	Taxa de depreciação média ponderada %	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
Itens		_			
Terrenos	-	8.804	-	8.804	8.804
Prédios e benfeitorias	2%	9.399	(3.738)	5.661	5.946
		18.203	(3.738)	14.465	14.750

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 14. Propriedade para investimentos--Continuação

# b) Movimentação do valor residual líquido de propriedades para investimento

			Controladora	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2015	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2016
Itens	•			
Terrenos	-	20.301	-	20.301
Prédios e benfeitorias	2%	38.762	(1.964)	36.798
Instalações	10%	389	(44)	345
	=	59.452	(2.008)	57.444
			Consolidado	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Valor residual líquido em 31/12/2015	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2016
Itens				
Terrenos	-	8.804	-	8.804
Prédios e benfeitorias	2%	5.946	(285)	5.661
		14.750	(285)	14.465

#### 15. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 15. Imobilizado--Continuação

#### a) Composição do ativo imobilizado

		Controladora				
	_			Dez/2016	Dez/2015	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	
Itens						
Máquinas e equipamentos	10%	1	(1)	-	-	
Móveis e utensílios	10%	240	(121)	119	135	
Equipamentos de informática	20%	443	(372)	71	95	
	_	684	(494)	190	230	
			lidado			
				Dez/2016	Dez/2015	
	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	
Itens		<u>.</u>			-	
Terrenos	-	11.772	-	11.772	11.772	
Prédios e benfeitorias	2%	102.952	(38.234)	64.718	66.506	
Instalações	10%	29.795	(20.732)	9.063	9.008	
Máquinas e equipamentos	7%	237.356	(103.408)	133.948	137.993	
Móveis e utensílios	10%	9.438	(5.703)	3.735	3.456	
Veículos	18%	229	(197)	32	79	
Equipamentos de informática	21%	16.290	(11.997)	4.293	3.716	
Arrendamento Mercantil	21%	396	(106)	290	370	
Imobilizações em andamento	-	788	-	788	11.513	
Adiantamentos a fornecedores	- <u> </u>	30		30	34	
		409.046	(180.377)	228.669	244.447	

#### b) Movimentação do custo e depreciação

Itens	Valor residual líquido em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Valor residual líquido em 31/12/2016
Móveis e utensílios	135			(16)	119
Equipamentos de informática	95	-	-	(24)	71
lmobilizações em andamento	-	66	(66)	•	-
	230	66	(66)	(40)	190

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **15.** Imobilizado--Continuação

#### b) Movimentação do custo e depreciação--Continuação

	Consolidado						
	Valor residual líquido em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Capitalização de Juros	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2016
Itens							
Terrenos	11.772	-	-	-	-	-	11.772
Prédios e benfeitorias	66.506	-	-	(3.901)	-	2.113	64.718
Instalações	9.008	-	(13)	(1.226)	-	1.294	9.063
Máquinas e equipamentos	137.993	-	(146)	(11.557)	-	7.658	133.948
Móveis e utensílios	3.456	-	(1)	(554)	-	834	3.735
Veículos	79	-	(8)	(39)	-	-	32
Equipamentos de informática	3.716	12	-	(1.478)	-	2.043	4.293
Arrendamento Mercantil	370	-	-	(80)	-	-	290
Imobilizações em andamento	11.513	3.961	(66)	-	1	(14.621)	788
Adiantamentos a fornecedores	34	30	` -	-	-	(34)	30
	244.447	4.003	(234)	(18.835)	1	(713)	228.669

#### c) Garantia

O valor hipotecado e alienado relacionado a bens em garantia de financiamentos e empréstimos em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 19.999 e R\$ 12.943, respectivamente (em 31 de dezembro de 2015 totalizavam R\$ 19.999 e R\$ 19.302, respectivamente). O valor referente à penhora de bens decorrente de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio totaliza R\$ 1.090 em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

#### d) Imobilizado em andamento

Os valores correspondentes ao imobilizado em andamento incluem custos de empréstimos capitalizados. Em 31 de dezembro de 2016, os custos de empréstimos capitalizados relacionados a imobilizado em andamento totalizaram R\$ 1 no presente exercício, com taxa média de capitalização de 5% a.a. (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2015, com taxa média de capitalização de 5% a.a.).

#### e) Reavaliações de anos anteriores

Controladora e Consolidado							
			Dez/2016			Dez/2015	
	Valor reavaliado em 31/12/2016	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor reavaliado em 31/12/2015	Depreciação acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	3.049		3.049	3.049		3.049	
Prédios	6.945	(6.945)		6.945	(6.945)		
=	9.994	(6.945)	3.049	9.994	(6.945)	3.049	

Reavaliações de anos anteriores referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 16. Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Conforme divulgando na nota explicativa do imobilizado, a Companhia capitaliza custos de empréstimos.

		Controladora			
	·		Dez/2016	Dez/2015	
	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Valor líquido	Valor líquido	
Itens					
Marcas e patentes	-	1.280	1.280	1.280	
		1.280	1.280	1.280	

	_	Consolidado				
	_			Dez/2016	Dez/2015	
	Taxa de amortização % a.a.	Custo	Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido	
Itens						
Desenvolvimento de produtos	20%	1.727	(321)	1.406	768	
Marcas e patentes	-	1.282	-	1.282	1.282	
Softwares e Licenças	20%	58.852	(20.695)	38.157	34.523	
Intangível em andamento	- <u> </u>	8.052		8.052	8.927	
		69.913	(21.016)	48.897	45.500	

A movimentação de custo e amortização de intangível para os saldos consolidados estão apresentados abaixo:

	Consolidado						
	Valor residual líquido em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Capitalização de Juros	Transferências	Valor residual líquido em 31/12/2016
Itens							
Desenvolvimento de							
produtos	768	-	-	(210)	-	848	1.406
Marcas e patentes	1.282	-	-	-	-	-	1.282
Software e Licenças	34.523	-	(275)	(5.982)	-	9.891	38.157
Intangível em andamento	8.927	9.125	•	•	26	(10.026)	8.052
-	45.500	9.125	(275)	(6.192)	26	713	48.897

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 16. Intangível--Continuação

Os saldos de "softwares e licenças" estão relacionados, principalmente, ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão SAP, o qual teve seu "go live" em janeiro de 2015, substituindo o sistema integrado de gestão anterior. Os valores correspondentes ao "intangível em andamento" correspondem a investimentos em módulos do SAP que ainda estão em fase de implantação. Estes saldos incluem custos de empréstimos capitalizados de R\$ 26 em 31 de dezembro de 2016.

### 17. Financiamentos e empréstimos

			Consolidado				
				Dez/2016		Dez/2015	
Itens	Vencimentos	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Moeda nacional	<u>,                                      </u>						
FINEP (projetos de novos produtos)	Outubro 2022	4,00% a.a.	7.665	27.992	4.242	27.620	
EXIM (compra de matéria-prima para fins de exportação)	Dezembro 2018	8,00% a 12,00% a.a.	40.107	29.485	23.496	16.167	
FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos)	Outubro 2024	3,00% a 10,00 % a.a.	2.273	10.705	13.665	11.543	
,			50.045	68.182	41.403	55.330	
Moeda estrangeira							
FINIMP (importação de máquinas e equipamentos)	Outubro 2016	2,25% a 3,25% a.a.	-	-	7.271	-	
, ,			-	_	7.271	-	
			50.045	68.182	48.674	55.330	

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado
Ano de Vencimento	Dez/2016
2018	39.178
2019	9.579
2020	7.144
2021	5.574
Após 2021	6.707
	68.182

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 18. Debêntures e Bônus de Subscrição

Em novembro de 2014, a Companhia liquidou de forma antecipada o saldo em aberto relativo às debêntures, no montante de R\$42.640. Adicionalmente, no decorrer de 2014, houve a amortização de principal e juros no montante de R\$13.003 e conversão de debêntures em ações no montante de R\$2.323.

Ao subscritor de cada debênture foi conferido, como vantagem adicional, um bônus de subscrição 2007 ("Bônus 2007"), totalizando no momento inicial 154.168 Bônus 2007, com direito de subscrever uma quantia de ações ordinárias, mediante dação em pagamento de uma debênture para cada bônus, à razão do valor nominal unitário de R\$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos) acrescidos do montante de juros capitalizados das debêntures, dividido pelo preço de exercício atualizado. O preço de exercício é de R\$ 0,3027 (valor expresso em centavos de real) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures. Os Bônus 2007 são válidos até 15 de outubro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 permanecem em circulação 772 Bônus 2007.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2014 foi aprovada a emissão privada de até 180.000 (cento e oitenta mil) novos bônus de subscrição ("Bônus 2014"), com série única, ao valor nominal unitário de R\$ 613,00 (seiscentos e treze reais), podendo o subscritor pagar a totalidade do preço de subscrição dos bônus por meio de dação em pagamento, mediante a entrega dos Bônus 2007 de que for titular, obedecendo a relação de um por um.

Cada Bônus 2014 conferirá a seu titular o direito de subscrever 23 (vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia, mediante o pagamento do preço de exercício de R\$38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) por ação, totalizando até 4.140.000 (quatro milhões, cento e quarenta mil) ações ordinárias.

No exercício de 31 de dezembro de 2016 não houve aumento de capital relativo ao exercício de Bônus 2014.

Os Bônus 2014 são válidos desde sua data de emissão até 15 de junho de 2021, podendo ser exercidos a qualquer tempo, a partir da data da homologação, até a data do vencimento dos bônus, a exclusivo critério de seu titular. As ações ordinárias de emissão da Companhia resultantes do exercício dos direitos conferidos pelos Bônus 2014 terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutárias atribuídos atualmente e no futuro às ações ordinárias de emissão da Companhia hoje existentes. As novas ações participarão de forma integral em eventual distribuição de dividendo e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser aprovados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 18. Debêntures e Bônus de Subscrição--Continuação

Em 09 de outubro de 2014, houve a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") onde se homologou a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil) Bônus de Subscrição 2014. Os Bônus 2014 podem ser negociados pelos seus detentores no mercado secundário da BM&FBOVESPA a partir de 10 de outubro de 2014. Nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") também foram extintos 107.621 Bônus 2007 recebidos pela Companhia como dação em pagamento do preço de subscrição de quantidade equivalente dos Bônus 2014.

O montante de R\$44.368, recebido pela Companhia como prêmio na emissão de 72.739 Bônus 2014, foi registrado como reserva de capital no patrimônio líquido. Este montante representa um prêmio equivalente a R\$613,00 (seiscentos e treze reais) por bônus.

Considerando os "Termos e Condições Gerais da Emissão dos Bônus de Subscrição pela Kepler Weber S.A. 2014", incluído como Anexo I à ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de agosto de 2014, a Companhia classificou os mesmos como instrumentos de patrimônio. Desta forma, os recursos a serem recebidos quando do exercício dos Bônus 2014, serão registrados em contrapartida do patrimônio líquido no momento da subscrição das respectivas ações pelos detentores dos Bônus 2014.

#### 19. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida. As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R\$1 (um real) de contribuição do colaborador a Companhia contribui com R\$1 (um real). No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido. Os valores de contribuições reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, no grupo de "despesas administrativas e gerais", estão apresentados abaixo:

Consolidado

Dez/2016

Dez/2015

Contribuições reconhecidas para benefícios de previdência

376

593

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 20. Partes relacionadas

	Controladora			
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A.	Dez/2016	Dez/2015
Ativo				
Depósitos bancários	-	4	4	1
Ressarcimento de despesas	227	-	227	206
Aluguel	635	-	635	572
Royalties	467	-	467	618
	1.329	4	1.333	1.397

(\*) Os depósitos bancários estão apresentadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

	Controlac	lora
	Dez/2016	Dez/2015
Passivo circulante		
Honorários a pagar	<u></u>	118
	-	118

	Consolidado		
	Banco do Brasil S.A.	Dez/2016	Dez/2015
Ativo circulante	<del>-</del>		
Depósitos bancários	4	4	1
Aplicações financeiras	1.288	1.288	431
Títulos e valores mobiliários	43.979	43.979	37.607
<u> </u>	45.271	45.271	38.039

(\*) Os depósitos bancários e as aplicações financeiras estão apresentadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

		Consolidado		
	Banco do Brasil S.A.	Dez/2016	Dez/2015	
Passivo circulante Honorários a pagar		-	136	
Empréstimos bancários	64.225	64.225	11.243	
	64.225	64.225	11.379	

<sup>(\*)</sup> O BB Banco de Investimento S.A. é acionista da Companhia.

Os royalties e os ressarcimentos de despesas estão apresentados na rubrica de "Partes relacionadas". Os honorários a pagar estão apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

O resultado com partes relacionadas está demonstrado nos quadros abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 20. Partes relacionadas -- Continuação

		Controlado	ra	
	Keple Webe Industrial S.A	r Conselho de	Dez/2016	Dez/2015
Resultado				
Outras receitas (aluguéis)	7.435	<b>.</b>	7.435	6.805
Outras receitas (royalties)	4.686	-	4.686	8.012
Ressarcimento de despesas	2.151	-	2.151	2.001
Receitas sobre aplicações financeiras	-	-	-	401
Honorários da administração	-	(2.912)	(2.912)	(3.668)
		Consolidado		
		Diretores e		
	Banco do Brasil S.A.	Conselho de Administração	Dez/2016	Dez/2015
Resultado	·			
Receitas sobre aplicações financeiras	617	-	617	1.008
Receitas sobre títulos e valores imobiliários	5.600	-	5.600	2.086
Honorários da administração	-	(3.969)	(3.969)	(6.198)
Despesas financeiras	(1.025)	•	(1.025)	(4.141)

- (a) A Controladora Kepler Weber S.A. possui contrato de locação comercial e aditivo de contrato com vigência até 18 de junho de 2022 com a sua controlada Kepler Weber Industrial S.A..
- (b) Há um contrato de cessão onerosa para uso das marcas entre a Controladora Kepler Weber S.A. e sua controlada e subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. com vigência até 1º de abril de 2020.
- (c) As operações realizadas com o acionista BB Banco de Investimento S.A. consideram condições usuais de mercado, sendo que a Companhia incorria em gastos anuais por comissão de fiança oferecida para as debêntures mencionadas na nota explicativa 18.

Os contratos de aluguel e pagamento de *royalties* foram realizados em condições específicas entre as partes e poderiam ser diferentes caso realizados com terceiros não relacionados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 21. Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 27 de abril de 2016, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$7.044 que incluem honorários e gratificações, para o período de maio de 2016 a abril de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Honorários e gratificações	2.657	3.331	3.583	5.566
Benefícios diretos e indiretos	255	337	386	632
	2.912	3.668	3.969	6.198

#### Programa de Incentivos de Longo Prazo

O Programa de Incentivos de Longo Prazo terá seu valor determinado pelo Conselho de Administração com base em múltiplos da verba honorária de cada beneficiário, sendo que 1/3 do prêmio será pago em moeda corrente nacional e em até cinco dias da outorga e os restantes 2/3 serão pagos, a critério da Companhia, em moeda corrente nacional ou por meio da entrega das ações, em duas parcelas iguais, a primeira no prazo de 12 (doze) meses após a data da outorga e a segunda no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a data de outorga.

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2014 foi aprovada primeira outorga do Programa de Incentivos de Longo Prazo, totalizando R\$1.273. Deste montante, R\$425 foram pagos no exercício de 2014, R\$ 424 foram pagos no exercício de 2015 e R\$424 foram pagos no exercício de 2016.

#### Plano de Opções de Compra de Ações

O custo de transações com funcionários, liquidado com instrumentos patrimoniais, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 21. Remuneração da administração--Continuação

#### Plano de Opções de Compra de Ações--Continuação

O Plano de Compra de Ações tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar a Companhia atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de junho de 2014 foi aprovada a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 87.019 opções.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2015 foi aprovada a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 150.257 opções.

As ações iniciais adquiridas estarão sujeitas a um período de *lock-up* de três anos a contar da data de outorga, período no qual os beneficiários não poderão alienar ou onerar sob qualquer forma suas ações adquiridas, sob pena de perda do direito do exercício das opções. As opções possuem período de carência de três anos vinculado à permanência do beneficiário na Companhia.

Cada opção dará direito ao beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidas no respectivo contrato de opções.

O Plano de Opção de Compra de Ações permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

A composição dos planos de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, o valor justo das opções e suas premissas, está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga Jul	/2014
Lote	1	
Prazo de carência a partir da outorga	03/07/2017	04/07/2017
Quantidade de ações a partir do terceiro aniversário	68.726	18.293
Preço de exercício - (R\$)	39,35	39,35
Valor justo por opção - (R\$)	21,32	21,61
Volatilidade do preço da ação	33,79%	33,79%
Taxa de juro livre de risco	11,89%	11,89%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 21. Remuneração da Administração--Continuação

Plano de Opções de Compra de Ações--Continuação

	2ª Outorga Jul	/2015	
Lote	1	II	III
Prazo de carência a partir da outorga	06/07/2018	07/07/2018	08/07/2018
Quantidade de ações	105.815	27.920	16.522
Preço de exercício - (R\$)	27,65	27,65	27,65
Valor justo por opção - (R\$)	13,86	13,97	14,06
Volatilidade do preço da ação	38,70%	38,70%	37,70%
Taxa de juro livre de risco	12,62%	12,62%	12,62%

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial.

A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga
Saldo em 31/12/2014	87.019	150.257
Opções baixadas (*)	(18.293)	(27.920)
Saldo em 31/12/2015	68.726	122.337
Saldo em 31/12/2016	68.726	122.337

<sup>(\*)</sup> Opções baixadas pelo desligamento de diretor participante do plano de opções de ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Controladora contabilizou como despesa de valor justo referente ao Plano de Opções de Compra de Ações R\$959 (R\$868 em 31 de dezembro de 2015), reconhecendo correspondente aumento no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 22. Impostos a recolher

Circulante	Controlad	ora	Consolidado		
	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015	
ICMS a pagar	-	-	(163)	(196)	
PIS/COFINS a pagar	(105)	(112)	(1.161)	(2.137)	
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	(639)	(585)	(639)	(586)	
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	(244)	(223)	
Imposto de Renda e CSLL	(320)	-	(2.246)	(1.231)	
Outros	(2)	(66)	(386)	(876)	
	(1.066)	(763)	(4.839)	(5.249)	
Não circulante	Controlad	ora	Consolid	ado	
	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015	
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	(4.363)	(4.578)	(4.363)	(4.578)	
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09			(1.645)	(1.736)	
	(4.363)	(4.578)	(6.008)	(6.314)	

Em 30 de novembro de 2009 a Companhia e sua controlada aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09. Em junho de 2011 a Companhia realizou a consolidação destes débitos junto à Receita Federal do Brasil. A Companhia está cumprindo com suas obrigações inerentes aos parcelamentos.

# 23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava os seguintes saldos de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora			
	Provisão para riscos tribu	utários, cíveis e trabalhistas		
Itens	Dez/2016	Dez/2015		
Trabalhistas e previdenciárias	164	46		
Tributárias	45	45		
	209	91		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

	Controladora				
Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Dez/2015	Adição de provisão	Dez/2016		
Trabalhistas e previdenciárias	46	118	164		
Tributárias	45	-	45		
	91	118	209		

	Consolidado Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas			
Itens	Dez/2016	Dez/2015		
Trabalhistas e previdenciárias	6.185	5.181		
Tributárias	1.193	1.193		
Cíveis	2.712	2.732		
	10.090	9.106		

	Consolidado				
Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Dez/2015	Adição de provisão	Reversão de provisão	Dez/2016	
Trabalhistas e previdenciárias	5.181	1.584	(580)	6.185	
Tributárias	1.193	-	-	1.193	
Cíveis	2.732	310	(330)	2.712	
	9.106	1.894	(910)	10.090	

<u>Processos trabalhistas e previdenciários</u>: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculados a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

<u>Processos tributários</u>: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de ressarcimento de IPI.

<u>Processos cíveis</u>: as principais ações estão relacionadas com indenizações por responsabilidade civil, custas e honorários, e decorrem das atividades operacionais das empresas.

<u>Passivos contingentes:</u> a Companhia e sua controlada também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Dentre estes processos, destaca-se o Auto de Lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, lavrado em 09 de outubro de 2015, contra a controlada, Kepler Weber Industrial S/A. Esse processo encontra-se na esfera administrativa e questiona acerca de suposto descumprimento da legislação tributária relativa ao ICMS nas operações de saídas do estabelecimento localizado em Panambi, no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que o mesmo totaliza um crédito tributário de R\$37.672, onde R\$20.439 refere-se ao valor principal e R\$17.233 à multa e juros. O recurso interposto pela Companhia foi julgado em primeira instância administrativa em fevereiro de 2016, resultando em indeferimento. Em razão do indeferimento em primeira instância e seguimento do processo no âmbito administrativo, os advogados da Companhia entendem que o risco de perda em relação ao mérito passou a ser possível, embora a possibilidade de um desfecho desfavorável, que resulte na saída de recursos financeiros para sua controlada, continua sendo considerado como remoto.

Os demais processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

Tipo de processo	Dez/2016	Dez/2015
Trabalhistas	889	1.220
Tributárias	4.844	4.848
Cíveis	19.959	10.327
	25.692	16.395

Os processos cíveis de perda possível tiveram um incremento no período. Esta variação está relacionada, principalmente, a três processos que tiveram decisão desfavorável em primeira instância, sendo representados por dois processos que totalizam R\$ 8.846 e um processo com valor de sentença ilíquida.

#### 24. Instrumentos financeiros

#### a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

				Dez/2016			Dez/2015
	Nota	Valor justo Através do resultado	Custo Amortizado	Total	Valor justo Através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos Caixa e equivalentes de caixa Passivos	7	10.373	-	10.373	5.450	-	5.450
Fornecedores		-	(130)	(130)	-	(102)	(102)
		10.373	(130)	10.243	5.450	(102)	5.348

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 24. Instrumentos financeiros--Continuação

### a) <u>Classificação dos instrumentos financeiros</u>--Continuação

		Consolidado							
					Dez/2016				Dez/2015
	Nota	Valor justo através do resultado	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras retidas	7	21.790	-	-	21.790	9.511	-	-	9.511
<ul> <li>circulante</li> <li>Títulos e valores mobiliários -</li> </ul>	7	11.142	-	-	11.142		-	-	-
circulante	8	-	100.989	-	100.989	-	70.939	-	70.939
Contas a receber clientes Instrumentos financeiros	9	-	-	66.154	66.154	-	-	123.614	123.614
derivativos Títulos e valores mobiliários -	5.c	187	-	-	187		-	-	-
não circulante	8	-	44.677	-	44.677	-	29.216	-	29.216
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	(118.227)	(118.227)	-	-	(104.004)	(104.004)
Fornecedores Instrumentos financeiros		-	-	(46.573)	(46.573)	-	-	(50.476)	(50.476)
derivativos	5.c	<u> </u>				(465)	<u> </u>		(465)
		33.119	145.666	(98.646)	80.139	9.046	100.155	(30.866)	78.335

### b) Valor justo

Os valores justos dos instrumentos financeiros, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Controladora				
	Valor contábil Dez/2016	Valor justo Dez/2016	Valor contábil Dez/2015	Valor justo Dez/2015	
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	10.373	10.373	5.450	5.450	
	10.373	10.373	5.450	5.450	
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(130)	(130)	(102)	(102)	
	(130)	(130)	(102)	(102)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 24. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Valor justo--Continuação

Consolidado			
Valor contábil Dez/2016	Valor justo Dez/2016	Valor contábil Dez/2015	Valor justo Dez/2015
21.790	21.790	9.511	9.511
11.142	11.142	-	-
100.989	100.989	70.939	70.939
66.154	66.154	123.614	123.614
44.677	44.677	29.216	29.216
187	187		
244.939	244.939	233.280	233.280
(118.227)	(118.227)	(104.004)	(104.004)
(46.573)	(46.573)	(50.476)	(50.476)
<u>-</u>	<u>-</u>	(465)	(465)
(164.800)	(164.800)	(154.945)	(154.945)
	21.790 11.142 100.989 66.154 44.677 187 244.939  (118.227) (46.573)	Valor contábil Dez/2016         Valor justo Dez/2016           21.790         21.790           11.142         11.142           100.989         100.989           66.154         66.154           44.677         44.677           187         187           244.939         244.939           (118.227)         (46.573)           -         (46.573)	Valor contábil Dez/2016         Valor justo Dez/2016         Valor contábil Dez/2015           21.790         21.790         9.511           11.142         11.142         -           100.989         100.989         70.939           66.154         66.154         123.614           44.677         44.677         29.216           187         187         -           244.939         233.280           (118.227)         (118.227)         (104.004)           (46.573)         (46.573)         (50.476)           -         (465)

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia e sua controlada:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas: as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, dessa forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Títulos e valores mobiliários: o valor justo é baseado nas posições do fundo exclusivo marcadas a mercado conforme informações da instituição financeira.

Instrumentos financeiros derivativos: o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado nas cotações projetadas de câmbio para as datas de vencimento contratadas dos instrumentos, ou data próxima a esta, descontadas até o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). Cotações são obtidas principalmente a partir de preços referenciais divulgados pela BM&F Bovespa.

Financiamentos e empréstimos: estão substancialmente representados por financiamentos e empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil S.A. e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e reúnem características próprias e a Administração considera que as condições definidas nos contratos de financiamento do BRDE e Banco do Brasil, entre partes dependentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. Dessa forma seu valor justo é similar ao valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 24. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Valor justo--Continuação

#### Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

# 25. Patrimônio líquido (Controladora)

# a) Capital social

No exercício de 2016 não houve aumento do capital social, sendo representado por 26.311.971 (vinte e seis milhões, trezentas e onze mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$234.322 (RS234.322 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 25. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

#### b) Reservas de lucros

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas;
- 25% (vinte e cinco por cento) como reserva para investimentos e capital de giro.

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas da Companhia. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

#### c) Reserva de incentivo fiscal reflexa

Refere-se à subvenção governamental da controlada Kepler Industrial S.A., a título de incentivo fiscal reconhecido de forma reflexa na Controladora. O saldo é de R\$ 57.257 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 57.257 em 31 de dezembro de 2015).

#### d) Reserva de capital de incentivos fiscais

Refere-se a incentivos fiscais, doações, subvenção para investimento de anos anteriores à adoção das novas práticas adotadas no Brasil e dos IFRS.

#### e) Reserva de bônus de subscrição das debêntures

Refere-se à reserva para refletir o componente de patrimônio no instrumento financeiro composto emitido pela Companhia em anos anteriores (debêntures - nota explicativa 18), líquido dos efeitos tributários.

#### f) Bônus de subscrição 2014

Refere-se a reserva de capital oriunda das subscrições do Bônus 2014 efetuadas neste exercício, conforme divulgado na nota explicativa 18.

#### g) Reservas de reavaliação

Referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991. O saldo residual desta reserva refere-se notadamente a terrenos, sendo que os demais são realizados mensalmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 25. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

#### h) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, movimentados pela realização do ajuste principalmente por depreciação dos itens não mensurados em 1º de janeiro de 2009. Os efeitos da depreciação adicional gerada pela adoção do custo atribuído foram neutralizadas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório de forma a não alterar a política de dividendos da Companhia vigente antes da adoção do custo atribuído.

#### i) <u>Dividendos</u>

A Diretoria da Companhia encaminhou para apreciação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de março de 2016, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, contemplando a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.690, sendo aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada em 27 de abril de 2016. Os montantes foram pagos em 4 de maio de 2016.

Sobre o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia calculou os dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

	Dez/2016	Dez/2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(22.124)	6.237
(-) Reserva legal	-	(312)
(+) Realização de reserva de reavaliação	(7)	25
(+) Realização de ajustes de avaliação	2.172	2.217
(-) Reserva de incentivo fiscal reflexa	-	(2.788)
Resultado ajustado para cálculo de dividendo	(19.959)	5.379
Dividendo mínimo obrigatório (25%)		1.345
Dividendo mínimo obrigatório por ação (em reais)		0,05

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 26. Receita operacional

#### i. Venda de bens

A receita é reconhecida quando:

- Os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- É provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade;
- A receita, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser mensurados de maneira confiável.

#### ii. Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. A Companhia e sua controlada estão envolvidas na venda de silos e equipamentos para armazenagem e, em determinadas situações, na montagem destes silos e equipamentos. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos produtos vendidos são realizados sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. Caso o valor justo de um item entregue não seja mensurável de maneira confiável, então a receita operacional é alocada baseada na diferença entre a contraprestação total do acordo e o valor justo do item não entregue.

#### iii. Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 26. Receita operacional -- Continuação

#### iv. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%;
- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2%;
- Contribuição previdenciária 1% (\*); e
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 0% a 17%.

(\*) Conforme Lei 12.546 relativa à desoneração da folha de pagamento, este imposto incide sobre as receitas da controlada Kepler Weber Industrial S.A. na alíquota de 1% no exercício de 2014 e até novembro de 2015. A partir de dezembro de 2015, conforme alterado pela Lei 13.161/2015, em vigor a partir de 01/12/2015, a alíquota passou a ser de 2,5%. Como a Lei nº 13.161/2015 tornou opcional o ingresso da empresa no sistema de desoneração da folha de pagamento e majorou as alíquotas de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, a Administração da Companhia optou pela não continuidade da desoneração na controlada a partir desta data.

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		
	Dez/2016	Dez/2015	
Receita bruta fiscal	545.050	835.087	
Impostos sobre vendas	(73.511)	(115.501)	
Devoluções e abatimentos	(4.089)	(11.275)	
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	-	(9.392)	
Ajustes por diferença nos critérios de reconhecimento de receita	7.848	7.060	
	475.298	705.979	
	Conso	lidado	
	Dez/2016	Dez/2015	
Venda de produtos	440.805	642.461	
Prestações de serviços	34.493	63.518	
	475.298	705.979	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 27. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolid	dado
	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Aluguel de propriedades para investimento	7.623	7.008	188	203
Royalties	4.686	8.012	-	-
Subvenções governamentais (nota 33)	-	-	12.720	19.221
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	-	61	274
Recuperação de despesas diversas	-	-	3.243	644
Ganho em processos judiciais	-	-	2.075	-
Outras	3_	38	38	2.154
	12.312	15.058	18.325	22.496

# 28. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	-	(1.221)	(3.031)
Contingências cíveis, trabalhistas e previdenciárias	(118)	69	(984)	(1.441)
Condenações diversas	(116)	-	(4.126)	(2.811)
Perda na venda do ativo imobilizado	-	-	(398)	(1.094)
Perdas no recebimento de crédito de clientes	-	-	(1.183)	(1.903)
PIS/COFINS sobre outras receitas	(1.179)	(1.400)	(1.179)	(1.400)
Franquias de seguros	-		-	(1.123)
Multas contratuais	-	-	(2.604)	(1.040)
Pensões vitalícias	-	-	(700)	-
Outras	(163)	(277)	(1.508)	(1.335)
	(1.576)	(1.608)	(13.903)	(15.178)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 29. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Depreciação e amortização	(2.048)	(2.110)	(25.312)	(25.117)
Despesas com pessoal	(6.207)	(3.038)	(102.523)	(118.230)
Matéria-prima / produtos adquiridos	-	-	(220.568)	(325.907)
Despesas com benefícios empregados	(43)	(55)	(9.660)	(16.660)
Comissões sobre vendas	-	-	(12.583)	(14.161)
Garantias	-	-	(18.139)	(3.244)
Fretes sobre vendas	-	-	(23.879)	(34.403)
Serviços de montagem	-	-	(31.475)	(64.557)
Serviços de terceiros	(1.153)	(2.380)	(14.748)	(20.764)
Comerciais e viagens	(225)	(193)	(8.108)	(13.930)
Locação	(315)	(291)	(7.379)	(8.363)
Manutenção de máquinas e equipamentos	-	-	(5.471)	(6.803)
Ociosidade fabril	-	-	(7.597)	(5.608)
Encargos e outros	(584)	(836)	(40.919)	(51.844)
	(10.575)	(8.903)	(528.361)	(709.591)
Despesas de vendas	-	-	(36.129)	(40.857)
Despesas administrativas e gerais	(10.575)	(8.903)	(49.638)	(53.552)
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	<u>-</u>	<u> </u>	(442.594)	(615.182)
	(10.575)	(8.903)	(528.361)	(709.591)

# 30. Custo do produto vendido

	Consol	Consolidado		
	Dez/2016	Dez/2015		
Custo dos produtos vendidos alocados	(416.857)	(594.791)		
Custos não alocados	(7.597)	(17.147)		
Custos com garantias	(18.140)	(3.244)		
	(442.594)	(615.182)		

Os custos não alocados são representados por valores não usuais ou custos indiretos de produção eventualmente não alocados aos produtos, principalmente relacionados ao baixo volume de produção e embarque, reconhecidos diretamente no resultado no período em que ocorrem em conta destacada dos custos dos produtos vendidos. Do montante total, acima de 70,28% dos valores são referentes ao primeiro semestre do exercício de 2016 (95,89% em 2015).

#### Custos com garantias

Referem-se a custos com garantias concedidas, revisões técnicas periódicas e campanhas de substituição de peças. A Administração revisa e ajusta periodicamente estas estimativas de acordo com o histórico, projeções e outras informações disponíveis. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui registrada provisão para prováveis custos com garantias, no montante de R\$14.537 (R\$1.321 em 31 de dezembro de 2015). O incremento dos custos com garantias durante o exercício de 2016 está relacionado, principalmente, à necessidade de reparos e substituições de peças em determinados produtos vendidos pela Companhia, que foram identificadas no último trimestre de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Variação cambial/monetária ativa	1.235	2	10.463	7.572
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.502	1.756
Receitas com aplicações financeiras	872	659	18.616	13.084
Outras receitas financeiras	1	2	492	743
	2.108	663	31.073	23.155
	Contro	oladora	Consc	olidado
Despesas financeiras	Dez/2016	Dez/2015	Dez/2016	Dez/2015
Encargos financeiros s/empréstimos e financiamentos	-	-	(10.072)	(11.404)
Juros de mora e IOF contratuais	-	(3)	(724)	(659)
Variação cambial/monetária passiva	(452)	(420)	(6.502)	(16.276)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.027)	(1.530)
Despesas com fiança bancária	-	(2)	(598)	(393)
Outras despesas financeiras	(83)	(75)	(2.140)	(2.070)
	(535)	(500)	(21.063)	(32.332)

# 32. Resultado por ação

	Controladora e Consolidado		
Básico:	Dez/2016	Dez/2015	
Resultado do exercício	(22.124)	6.237	
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.310.650	
Resultado por ação ordinária básico - R\$	(0,8408)	0,2371	
Diluído:			
Resultado do exercício	(22.124)	6.237	
Resultado do exercício ajustado pelo efeito da diluição	(22.124)	6.237	
Média ponderada de ações ordinárias	26.311.971	26.310.650	
Média ponderada de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	26.311.971	26.310.650	
Resultado por ação diluído - total - R\$	(0,8408)	0,2371	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 33. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

A controlada Kepler Weber Industrial S.A., quando da instalação de sua fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul, obteve benefício fiscal de redução de 90% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente. O termo de acordo assinado originalmente no ano de 2002 foi posteriormente aditivado, prorrogando o benefício até o exercício de 2028. A Companhia teve como contrapartida a realização de investimentos e a geração de empregos no Estado do Mato Grosso do Sul.

O benefício reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$12.720 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$19.221) e está reconhecido no resultado do período como outras receitas operacionais, sendo posteriormente destinado para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, até o limite dos investimentos previstos no termo de acordo.

# 34. Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. A Companhia mantém, ainda, seguros de riscos de transporte nas operações de importações e exportação, riscos diversos e de engenharia cujos valores segurados são contratados a cada operação.

Consolidado	Vigência	Valor
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – veículos	Abr/17	210
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros – veículos	Set/17	1.000
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Ago/17	20.000
	-	21.210
Riscos empresariais (estoques, prédios e riscos de crédito)	Fev/17	70
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	Mar/17	823
	Abr/17	3.025
	Mai/17	313
	Jun/17	9.018
	Jul/17	2.615
	Ago/17	22.414
	Set/17	789.400
		827.678
		848.888

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 35. Eventos Subsequentes

Em 09 de fevereiro de 2017, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, através de Fato Relevante, que recebeu, duas correspondências de seus acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e BB-Banco de Investimento S.A. (PREVI e BB-BI), as quais foram arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nestas correspondências é informado da celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações pela PREVI e BB-BI, como vendedoras, com a AGCO do Brasil Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda. (AGCO), como compradora, para a venda da totalidade das suas ações (4.598.648 ações de titularidade da PREVI e 4.592.650 ações de titularidade do BB-BI) representativas de 34,93% do capital social da Companhia, pelo preço base de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) por ação, sujeito à ajuste.

A efetivação da venda e a transferência das ações estão sujeitas a implementação de condições precedentes estipuladas entre as partes, incluindo a aprovação do negócio pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e à aquisição pela AGCO de uma quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, que combinadas com as ações da PREVI e BB-BI a serem adquiridas pela AGCO, após o cumprimento das condições precedentes, represente no mínimo 65% do capital votante da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# Conselho de administração

Presidente do Conselho de Administração Christino Áureo da Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração Cesar Augusto Rabello Borges

Membros

Armando Galhardo Nunes Guerra Junior José Pais Rangel Maria Gustava Brochado Heller Britto Sérgio Eduardo Montes Castanho Filho Sérgio Ricardo Silva Rosa

#### Conselho fiscal

Membros Amauri Sebastião Niehues Bernardo de Azevedo Silva Rothe Susana Hanna Stiphan Jabra

#### **Diretoria**

Diretor Presidente

Anastácio Ubaldino Fernandes Filho

Diretor Vice-Presidente Olivier Michel Colas

Diretor Administrativo

André Luís Paz Acosta

#### **Contadores**

Marcio Wasem Gerente de Controladoria CRC-RS 52398/O-9 Cristiane Beatriz Back Bender Contadora CRC-RS 072285/O-2